



Nota Pública

Contra o aumento das penas como solução para diminuir a criminalidade

Há alguns anos o Ministério da Saúde definiu programa de combate à epidemia de AIDS que hoje é aplaudido e celebrado no mundo todo. A base era simples: ao invés de remediar, ou seja, apenas tratar os doentes, trabalhou-se para evitar que novas pessoas fossem contaminadas. Com a “epidemia de violência” não temos, infelizmente, a mesma inteligência. Muito pelo contrário.

Secretários de Segurança Pública de diferentes Estados brasileiros também não perceberam que um bom exemplo foi dado no setor da saúde e continuam, para o espanto dos penalistas e processualistas, brasileiros e estrangeiros, batendo na mesma e equivocada tecla do aumento das penas e do afrouxamento dos direitos individuais como uma mágica solução para os problemas da criminalidade.

Há anos essa linha do pensamento público quer o aumento de penas e outra linha reclama da inutilidade do *quantum* da pena, afirmando que é a qualidade da punição (não necessariamente a pena de prisão) que resolverá o problema; as penas têm sido aumentadas, senão na quantidade, criando-se impeditivos para que o preso retorne ao convívio social.

A maior prova que a quantidade da pena é irrelevante para as questões de segurança pública é que nesses anos, porquanto mais prendamos, mais a violência cresceu. E pior: pelo descaso que sempre tivemos com a questão penitenciária, o direito penal, quando posto em prática nos presídios, tornou-se o responsável pela organização do crime e seu aumento de poderio. Nem se diga do provavelmente enorme índice de erros judiciais deflagrados pela mitigação da presunção de inocência (impossibilidade de liberdade provisória para certos crimes) e pelo escancaramento da imagem de simples acusados. Erros judiciais que são apenas prováveis, pois nunca, em nossa nação, foram um temor sério e motivador de meditações que levassem à evolução do sistema de justiça.

Ao Estado, essa empresa que nos custa tão caro e tanto nos ludibria, é confortável esse debate empobrecido de mais ou menos pena ou mais ou menos direitos individuais. Enquanto centralizado o problema e mistificado como a solução das soluções, nada de relevante é feito nas áreas da saúde, educação, esporte e cultura, essas sim as áreas que terminarão, em longo prazo, com o problema da criminalidade.

Esses dias mesmo a ideia inteligente ganhou uma opinião de peso: o chefe da Igreja Católica, Papa Francisco, correspondeu-se com juristas responsáveis pela reforma do Código Penal argentino pedindo-lhes que não caíssem no discurso fácil do aumento de penas como a solução dos problemas daquele país.

O óbvio, celebrado no mundo inteiro, ainda é posto em cheque em nosso país. Precisamos mudar ou sempre seremos o que sempre fomos.